

**PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO
E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA
O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE (II)**

(Continuação do número anterior)

Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TOPONÍMIA MUNICIPAL
DA REGIÃO OESTE DA BAHIA**

Neste tópico, trataremos caso a caso da evolução histórica da toponímia municipal do Oeste da Bahia, partindo da justificativa do atual nome de cada município para o seu histórico. Em alguns casos, notas de rodapé trarão pequenos resumos da história do município, para situá-lo no contexto da formação territorial da região.

Angical – O município tem esse nome devido à existência de extensas matas de angico, circundadas de brejos e alagadiços. Inicialmente, em 1707, época de fundação de uma missão de franciscanos que catequizou os primeiros habitantes da região, os índios Arikobé, foi chamado Missão do Aricobé. Em 1821, com a elevação da capela da localidade à condição de freguesia dedicada à Santana, passou a chamar-se Santana do Sacramento do Angical, nome reduzido para o atual, em 1890.

Baianópolis: O atual nome desse município parece ser uma homenagem do legislador à própria população baiana, situação justificável numa região que historicamente já pertenceu a outros dois Estados e cuja posse pela Bahia sempre foi contestada por um deles (Pernambuco). No século XIX, a localidade era conhecida por Poço e quando passou a distrito de Barreiras, em 1954, teve o nome alterado para Tapiracanga (do Tupi *tapira*, “anta”, + *akanga*, “cabeça”; donde: “cabeça de anta”), assumindo o atual em 1961, quando de sua emancipação Baianópolis.

**Quadro 4: Topônimos da Região Oeste da Bahia:
categorização, procedência e processos de formação**

	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA	TUPI-NISMOS	HIBRIDISMOS
--	-----------------------------	-------------	-------------

categorias	formas simples	sufixação	justaposição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	formas simples	aglutinação	+ SP	luso-tupis: nome	luso-tupis: justaposição	luso-europeus: justaposição
animotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
antropotopônimos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
corotopônimos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
fitotopônimos	-	2	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
hagiotopônimos	-	-	1	1	-	2	-	-	1	1	1	1
hidrotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-
zootopônimos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Barreiras: Segundo IBGE (1958:69), “o topônimo adveio dos grandes barrancos da margem direita do rio Grande, no porto de acesso ao lugar das primeiras penetrações”. Almeida (1999) completa a informação, dizendo: “aqui fica o porto, porque logo acima o rio Grande deixa de ser navegável, por atravessar lugares pedregosos, em que seu leito é tomado por corredeiras, com as pedras à flor d’água, a que os goianos chamavam ‘Porto das Barreiras”. Quando de seu surgimento em 1870, o povoado que hoje é sedia o município chamava-se São João, por causa da capela dedicada ao santo. Em 1891, com a emancipação, teve o nome trocado para Barreiras, que permaneceu até 1961, quando uma Lei Estadual o substituiu por Governador Antônio Balbino; mas a insatisfação popular fez cair essa disposição legal, de forma que o município teve restaurado o nome anterior.

Canápolis: Seu atual nome (hibridismo: pt. cana + gr. *polis*, “cidade”) se deve ao fato de ser a cana-de-açúcar a maior fonte de riqueza do município. De seu surgimento no início do século XX até a emancipação, em 1962, chamou-se Ibiaguí (do Tupi *ibyá*, “escarpada” + *guy*, “sopé”; donde: “sopé da escarpada”, cf. Sampaio 1955). Com a emancipação, passou a chamar Canápolis.

Catolândia: O topônimo é uma homenagem a um pioneiro do povoamento da localidade, o Sr. Agostinho José de Lima, apelidado Catão. Essa homenagem já constava no primeiro nome da localidade, Santana de Catão, atribuído em 1895 e reduzido para Catão,

na década de 1940. Assumiu a nomenclatura atual em 1962, ano da emancipação.

Cocos¹: Nome devido às abundantes plantações de coco da localidade que, desde o seu surgimento, já tinha esse nome.

Coribe²: De origem Tupi, (*kuri*, “barro vermelho” + *y*, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio do barro vermelho”), o topônimo é uma referência à característica do solo do leito do rio que corta a cidade. Na época de seu surgimento, no final século XIX, a localidade chamava-se Rio Alegre, mas teve o nome alterado para o atual por força do Decreto Estadual n.º. 141, de 31 de dezembro de 1946.

Correntina³: Recebe o nome de um dos rios que corta seu território. Em 1866, chamava-se Nossa Senhora da Glória do Rio das

¹ Cocos surgiu devido a uma disputa política e territorial entre o Major Leônidas de Araújo Castro, de Santa Maria da Vitória, e o Coronel João Duque, de Carinhanha. Após um combate travado em Samambaia, os dois contendores fizeram um acordo dividindo entre si a área em lide: Rio Alegre (atual Coribe) ficou com Santa Maria da Vitória e Cocos permaneceu em Cariranha, do qual se emancipou em 14 de agosto de 1958.

² A princípio chamava-se Rio Alegre e foi objeto de ferrenhas disputas entre Santa Maria da Vitória e Carinhanha (v. nota anterior), ao qual foi incorporado em 8 de agosto de 1931 pelo Decreto Estadual n.º. 7479, como Sub-Prefeitura, estatuto modificado pelo Decreto Estadual n.º. 8060, de 14 de maio de 1932, que o transformou em Distrito de Santa Maria da Vitória. Sua emancipação ocorreu em 14 de agosto de 1958.

³ A descoberta de minas de ouro nas margens do rio das Éguas (antigo rio Rico, atual Correntina) deu-se no início de 1700. Sabe-se que em 1791 o padre Anacleto Pereira dos Santos já minerava em território do atual município. Além dele, outros aventureiros percorriam os rios da região, na tentativa de penetrar nos atuais Estados de Goiás e Mato Grosso. Entre esses, deve-se destacar Francisco José Teixeira que, a partir de 1792, iniciou uma verdadeira corrida do ouro em direção ao rio das Éguas, criando o núcleo habitacional de que se originou a cidade. O crescente povoado recebeu o nome de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, sendo elevado a freguesia ou paróquia em 1806. Em 15 de maio de 1866 a Lei Provincial n.º. 973 criou o município, desmembrado do território de Cariranha. A instalação de sua sede e a posse de seu primeiro intendente (Sr. Severiano Antônio de Magalhães) se deram em 13 de maio de 1867. Em 8 de junho de 1880, a Resolução Provincial n.º. 1960 extinguiu o município, transferindo sua sede e território para o arraial de Porto de Santa Maria da Vitória. Devido à inconformidade dos habitantes, a Resolução Provincial n.º. 2558, de 14 de maio de 1886, revogou a anterior, restaurando o município. Porém, disputas políticas favoreceram novamente Santa Maria da Vitória, que o reincorporou a seu território por força da Resolução Provincial n.º. 2579, de 4 de maio de 1888. Finalmente, em 5 de maio de 1891, o Governador baiano José Gonçalves da Silva assinou o Ato Estadual n.º. 319, restaurando novamente o município e trocando-lhe o nome para Correntina, cuja sede recebeu os foros de cidade do Decreto-Lei n.º.

Éguas, nomenclatura que permaneceu até 1891, quando foi trocada para a atual.

Cotegipe⁴: É uma homenagem a João Maurício Wanderley, o célebre Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-ministro de D. Pedro II. Em meados do século XVII, chamava-se Arraial Velho, nome alterado para Campo Largo em 1698; em 1820, passou a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo; em 1925, a Barão de Cotegipe, reduzido à condição atual em 1933.

Cristópolis⁵: A religiosidade da população, devota do Menino Deus desde o surgimento da localidade, levou o padre Francisco Valdemar Antunes, filho da terra, a sugerir a denominação Cristópo-

10.724, de 30 de março de 1938. O município assumiu sua feição atual em função de Lei Estadual de 11 de fevereiro de 1954.

⁴ O núcleo original de Cotegipe foi o Arraial Velho, pertencente à fazenda de gado Sussuarana, adquirida como sesmaria pelo Coronel José Lopes Coutinho do Bonfim ainda no século XVII. Em 2 de dezembro de 1698, D. João de Lencastre, 32° Governador-Geral do Brasil, reconhece a existência desse núcleo populacional, dando-lhe o nome de arraial do Campo Largo. Contudo, o sítio original teve de ser abandonado em decorrência de uma enchente, de forma que o povoado foi transferido para o Alto do Umbuzeiro, onde ergueram uma nova capela dedicada a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo, onde se reinstalou a freguesia ou paróquia. O Alvará Régio de 3 de junho de 1820 criou o município de Campo Largo, desmembrando-o da Barra e elevando sua sede à categoria de Vila. Em 30 de junho de 1925, a Lei Estadual n°. 1772 elevou o distrito de Avaí do Brejo Grande à condição de sede do novo município de Barão de Cotegipe, a que Campo Largo passou a integrar, como segundo distrito, passando a chamar-se Taguá. Em 26 de junho de 1931, o Decreto Estadual n°. 7455 extinguiu o município de Barão de Cotegipe e em 8 de julho do mesmo ano o Decreto Estadual 7479 anexou o seu território a Angical. Em 31 de maio de 1933, o Decreto Estadual n°. 8452 restaurou o município, instalando sua sede no distrito de Jupaguá e simplificando-lhe o nome para Cotegipe. Sua reinstalação ocorreu em 1° de julho do mesmo ano e em 30 de março de 1938, o Decreto Estadual n°. 10.724, transferiu-lhe a sede novamente para o distrito de Cotegipe, dando-lhe foros de cidade. O município assumiu suas feições atuais por força de Lei Estadual de 11 de fevereiro de 1954.

⁵ Antigamente, onde hoje se localiza a sede do município, estava a grande fazenda do Sr. Antônio José Antunes Aurora, propriedade abundante em burutizais, de forma que a povoação ali formada chamou-se inicialmente Buritizinho. Em 1920, por iniciativa do fazendeiro, foi construída uma capela dedicada ao Menino Deus. Próximo dali, surgiu um outro povoado, denominada Cantinho. No fim da década de 1950, o desenvolvimento dessas duas localidades e também da de Mata do Cedro gerou nos moradores o desejo de emancipação, prontamente apoiado por autoridades da região. Assim, em 19 de julho de 1962, uma Lei Estadual instituiu no povoado de Buritizinho o distrito de Cristópolis, sede do município do mesmo nome, que foi instalado em 25 de julho do mesmo ano.

lis ao município, quando de sua emancipação em 1962. Quando de seu surgimento no início do século XX, chamava-se Buritizinho.

Formosa do Rio Preto⁶: O topônimo faz uma referências ao nome da fazenda que originou a localidade (Várzea Formosa) e outra, ao rio que a cruza. Inicialmente, seu nome era Itajú (do Tupi *ita-yu*, “ouro” + *y*, “rio”; donde: “rio do ouro”); foi alterado para Várzea Formosa em 1804 e para o atual em 1954.

Jaborandi: O nome do município é uma referência a diversas plantas das famílias das piperáceas e das ritáceas, próprias da região. Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome.

Luís Eduardo Magalhães⁷: Seu nome é uma homenagem ao falecido Deputado baiano e ao seu pai, o líder político Antônio Car-

⁶ Entre 1706 e 1707, uma missão de jesuítas chegou à localidade de Itajú com o intuito de evangelizar os índios da região e ali criaram uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, posteriormente transformada em freguesia de Nossa Senhora de Santana do Campo Largo. Ainda no século XVIII, o fidalgo degredado português João Amado Viana fixou-se no local, fundando a fazenda Canabrava, que posteriormente passou a pertencer ao Coronel Francisco Ângelo, genro de D. Maria Ana de Almeida Rocha, proprietária da fazenda Várzea Formosa. Em 1804, a capela de Santa Rita tornou-se freguesia e a Fazenda Várzea Formosa passou a integrar sua jurisdição. Em 1840, Formosa passou a integrar o novo município de Santa Rita, na condição de distrito. Em 1900, o senador piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá apresentou e aprovou um pedido de direito à navegabilidade do rio Preto. Em 1905, o governador baiano José Marcelino, um entusiasta da navegação fluvial, tomou parte da viagem inaugural do vapor Presidente Dantas, que subiu o rio Preto, passando por Santa Rita e Formosa, atingindo São Marcelo, já em território piauiense. A partir daí, a navegação a vapor passou a favorecer o desenvolvimento dessa região. Nos anos 50, sob a liderança do vereador Jorge Fidelis e do advogado Djalma Bessa teve início a luta pela emancipação do município, ocorrida com a publicação da Lei Estadual 1590, de 21 de dezembro de 1961. Sua instalação, já com o nome atual, ocorreu apenas 5 dias depois.

⁷ No final da década de 1950, o então Presidente Juscelino Kubitschek ordenou a construção da Rodovia BR 020, a Brasília-Fortaleza, asfaltada a partir de 1972 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção. No final desse decênio, às margens dessa estrada, a 90 Km da sede de Barreiras, foi inaugurado um posto de gasolina chamado Mimoso, em redor do qual surgiu um loteamento urbano, o Mimoso do Oeste. A partir de 1980, atraídos pela disponibilidade de terras com excelente topografia e condições excepcionalmente favoráveis à agricultura mecanizada e irrigada, inúmeras famílias de agricultores sulistas migraram para a região, o que favoreceu o crescimento da localidade, logo transformada em um florescente povoado da cidade de Barreiras. Em 3 de dezembro de 1997, a Lei Municipal n° 395 criou o Distrito de Mimoso do Oeste, cujo nome foi alterado pela Lei municipal n° 422, de 9 de dezembro de 1998 para Luís Eduardo Magalhães, que, por força da Lei Estadual n°. 7620, de 30 de março de 2000, se emancipou.

los Magalhães. De seu surgimento no final da década de 1970 até 1998, chamou-se Mimoso do Oeste; a partir dessa data, teve o nome alterado para o atual.

Mansidão⁸: Segundo Almeida (1999), Mansidão era “um boi de carro, muito manso”, homenageado quando da aposição de nome ao município. Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome.

Riachão das Neves: O nome é uma referência a um curso d’água que corta a cidade. Antes de sua emancipação, chamava-se Riacho das Neves.

Santa Maria da Vitória⁹: O nome é uma homenagem à padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1880 com o nome de Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente, reduzido para Santa Maria em 1909, levado à condição atual em 1944.

Santana¹⁰: O nome homenageia a padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1890 com o nome de Santana dos Brejos, reduzido para o atual em 1940.

⁸ Segundo a tradição oral corrente, o primeiro núcleo humano do município teria surgido com a chegada de negros sobreviventes do massacre de Palmares, que se refugiaram em território então pertencente a Santa Rita de Cássia fronteiroço com o Piauí. Sabe-se ao certo que foi criado por Lei Estadual de 25 de fevereiro de 1985. Sua curtíssima história está sempre associada à agricultura de subsistência e à pecuária bovina.

⁹ No início do século XIX, a procura de ouro nas terras do rio Corrente fez surgir um arraial à margem esquerda, num ponto que se tornou movimentado porto. Em 1850, a chegada de um construtor de barcos vindo da Barra atraiu muita gente interessada em navegação fluvial para a localidade, que cresceu a ponto de inaugurar uma capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória, elevada à condição de freguesia em 8 de junho de 1880 pela Lei n°. 1960, que também extinguiu o município de Rio das Equas, transferindo sua sede para a nova freguesia, transformada em município com o nome de Santa Maria da Vitória. Devido a uma longa disputa política já relatada no histórico do município de Correntina, Santa Maria da Vitória presenciou uma sucessão de extinções e restaurações, a última das quais ocorreu em 4 de maio de 1888, por força da Lei Provincial n°. 2579. Em 26 de junho de 1909, a Lei Estadual n°. 737 a sede do município ganhou foros de cidade. Em 14 de maio de 1932, o Decreto Estadual n°. 8060 anexou-lhe ao território a sub-prefeitura de Rio Alegre (até então pertencente a Carinhanha), como distrito. Finalmente, em 31 de dezembro de 1943, por força do Decreto Estadual n°. 141, o município perdeu parte do distrito de Inhaúmas, anexada a Correntina.

¹⁰ No início do século XVII, fugindo dos colonizadores de Angical, os índios Tupinikim fixaram-se em território pertencente ao Conde da Torre onde atualmente se localiza o município de Santana. Em 1760, o Sargento-mor Antônio da Costa Xavier foi enviado para região para fisca-

Santa Rita de Cássia¹¹: O nome é uma homenagem à padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1840 com o nome de Santa Rita, alterado para Santa Rita do Rio Preto em 1911; daí para Rio Preto em 1931; deste para Ibipetuba (do Tupi *iby*, “banco de areia”, + *pe*, “em”, + *tyba*, “sufixo coletivo”); donde: “no banco de areia abundante”), em 1943; e, finalmente, num retorno às origens, assumiu a nomenclatura atual em 1954.

São Desidério: O topônimo homenageia Desidério José de Souza, pioneiro da região. Desde seu surgimento em 1858, a localidade tem o mesmo nome.

São Félix do Coribe: É estranha a nomenclatura desse município, que não tem por padroeiro São Félix (mas São Francisco de Assis), nem teve, ao longo de sua constituição histórica, nenhuma fi-

lizar os rendeiros que trabalhavam nas terras do nobre, terminando por implantar também uma produtiva fazenda de cana-de-açúcar e pecuária bovina, em cuja administração foi sucedido pelo primogênito, Raimundo da Costa Xavier. Em torno da fazenda, desenvolveu-se um arraial pertencente ao distrito de São Gonçalo, município de Rio das Éguas (atual Correntina). Em homenagem à padroeira da capela erguida pelos fundadores, a povoação ganhou o nome de Santana dos Brejos. Em 2 de maio de 1868, a Lei Provincial n.º. 1018 elevou a capela a freguesia. A rivalidade entre Santa Maria da Vitória e Rio das Éguas fez a jurisdição do povoado oscilar ao longo do século XIX, até que em 26 de agosto de 1890, um ato estadual criou o município de Santana dos Brejos, desmembrando-o de Santa Maria da Vitória e dando a sua sede os foros de vila. Em 16 de dezembro do mesmo ano, deu-se a sua instalação; em 25 de abril de 1901, a Lei Estadual n.º. 410 deu foros de cidade à sua sede. Lei Estadual de 17 de fevereiro de 1954 mudou seu nome para o atual.

¹¹ Em 1640, um casal de portugueses chegou ao local onde hoje está a sede do município e ergueram uma cabana com uma pequena capela em honra a Santa Rita de Cássia. O casal desapareceu, talvez atacado pelos índios Gueren, antigos habitantes da região, mas a imagem foi preservada e descoberta por José Pereira de Matos, pioneiro que estabeleceu a fazenda Ribeira do Rio Preto, depois Santa Rita. Em 1647, o índio Francisco Rodelas foi nomeado Capitão e se estabeleceu na localidade, para o qual começaram a convergir outros fazendeiros e povoadores, como os Capitães Ângelo Custódio da Rocha Medrado e João de Araújo Costa e o Visconde Garcia d'Ávila. O povoado foi oficialmente reconhecido por Carta Régia assinada em 2 de dezembro de 1698 e dirigida ao 32º Governador Geral da Bahia, D. João de Lancaster. Em 1804, a capela de Santa Rita de Cássia foi elevada a freguesia. Em 26 de março do mesmo ano, a Lei Provincial n.º. 119 criou desmembrou do território de Barra do Rio Grande o município de Santa Rita, elevando sua sede à condição de vila. Conforme já relatado no histórico de Formosa do Rio Preto (v.), no início do século XX, a introdução da navegação a vapor ao longo do rio Preto favoreceu o desenvolvimento dos municípios banhados por esse curso d'água, inclusive Santa Rita.

gura relevante de mesmo nome. Chamou-se Coribe até 1989, quando, com sua emancipação, assumiu o nome atual.

Serra Dourada: Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome, que repete o da fazenda que a originou.

Tabocas do Brejo Velho: Esse curioso topônimo faz referência à existência de uma graminácea nativa conhecida por taboca (do Tupi *ta'ûoka*) nas margens de terrenos alagadiços próprios da região. Inicialmente chamado Mariquita, teve o nome alterado para o atual em 1962.

Wanderley: É uma outra homenagem a João Maurício Wanderley, o célebre Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-ministro de D. Pedro II. Quando de seu surgimento no século XVIII, chamava-se Canabrava, mas teve seu nome alterado para Vanderlei no final do século XIX e permanece até hoje, só que com a grafia ligeiramente alterada.

Como se pôde observar nas páginas anteriores, dos atuais municípios do Oeste baiano, apenas cinco conservam sua nomenclatura original: Cocos, Jaborandi, Mansidão, São Desidério e Serra Dourada. Nos demais, houve sempre modificações. Entre os principais processos de mudança na toponímia da região, pode-se citar:

a) redução do nome original: Santana dos Brejos > Santana;

b) redução do nome original seguida de ampliação: Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente > Santa Maria > Santa Maria da Vitória;

c) a) redução do nome original seguida de recategorização: Santana do Catão > Catão > Catolândia;

d) ampliação do nome original e recategorização: Coribe > São Félix do Coribe;

e) ampliação do nome original seguida de recategorização, seguida de redução, seguida de recategorização, seguida de retorno à categoria original: Santa Rita > Santa Rita do Rio Preto > Rio Preto > Ibipetuba > Santa Rita de Cássia;

f) recategorização seguida de redução: Missão do Aricobé > Santana do Sacramento do Angical > Angical;

g) recategorização (uma ou sucessivas): Poço > Tapiracanga > Baianópolis; Ibiaguí > Canápolis; Buritizinho > Cristópolis; Mimoso do Oeste > Luís Eduardo Magalhães; Canabrava > [v]anderley; Mariquita > Tabocas do Brejo Velho; Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas > Correntina;

h) recategorização (uma ou sucessivas), com retorno a uma nomenclatura anterior: São João > Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras;

i) recategorização (uma ou sucessivas), seguida de redução: Arraial Velho > Campo Largo > Nossa Senhora de Santana do Campo Largo > Barão de Cotegipe > Cotegipe;

j) mudança dentro de uma mesma categoria: Rio Alegre > Coribe; Itajuí > Várzea Formosa > Formosa do Rio Preto; Riacho das Neves > Riachão das Neves.

Numa tomada panorâmica, observa-se que, ao longo da história da região, a tendência para a nomeação dos atuais municípios com nomes de origem portuguesa (37 dos 52 topônimos = 71,15%), seguidos de nomes de origem Tupi (7 = 13,47%), de híbridos luso-tupínicos (4 = 7,69) e luso-europeus (4 = 7,69).

Os processos de formação mais recorrentes dessa toponímia histórica estão indicados no quadro 5:

Quadro 5: Toponímia Histórica da Região Oeste da Bahia: processos de formação

processo	quantidade	%
nome + SP	17	32,7
justaposição	13	25
sufixação	6	11,53
nome + adj	5	9,60
híbrido	4	7,7
formas simples	4	7,7
aglutinação	3	5,77

Quanto às categorias toponímicas, foram registradas as seguintes, em ordem decrescente de ocorrência:

Quadro 6: Categorização da Toponímia Histórica da Região Oeste da Bahia

categoria	referências: nomes de	quantidade	%
-----------	-----------------------	------------	---

hagiotopônimos	santos (do hagiológico romano ou não)	15	28,84
hidrotopônimos	rios e cursos d'água	10	19,23
antropotopônimos	pessoas (com títulos ou não)	8	15,38
fitotopônimos	plantas	7	13,46
animotopônimos	estados de alma	2	3,84
geomorfotopônimos	acidentes de relevo	2	3,84
litotopônimos	elementos do reino mineral	2	3,84
zootopônimos	animais	2	3,84
dimensiotopônimos	dimensão dos acidentes geográficos	1	1,2
ergotopônimos	(locais de) trabalho	1	1,2
etnotopônimos	nomes étnicos e adjetivos pátrios	1	1,2
sociotopônimos	sociedades e civilizações	1	1,2

Cruzando todas essas informações com as relativas às categorias toponímicas, chega-se ao quadro-resumo da próxima página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo-piloto, podemos verificar que:

1) na toponímia como um todo, histórica ou atual:

a) há uma frequência de determinados itens lexicais e de determinadas lexias;

b) há uma preferência generalizada por nomes de origem portuguesa, seguido de nomes de origem Tupi;

c) não há registro de topônimos municipais de procedência africana;

d) a existência de antropotopônimos revela um caráter laudatório do denominador da região, que rende homenagens a personalidades, sobretudo do meio político, numa tentativa de eternizá-las.

2) no plano sincrônico:

a) a maioria dos atuais topônimos municipais do Oeste da Bahia têm conteúdo descritivo e está originalmente associada à fauna e à flora nativas, à religiosidade e a nomes de brasileiros ilustres;

b) em sua maioria, esses nomes são de origem portuguesa e pertencem a duas classes fundamentais: os fitotopônimos, formados por sufixação; e os hagiotopônimos, constituídos por nome seguido de sintagma posposicional;

c) como uma zona de colonização antiga, o Oeste da Bahia apresenta uma relativa concentração de topônimos de origem Tupi, puros ou híbridos, com ocorrência de morfemas lexicais;

d) de fato, há uma concentração de arcaísmos lingüísticos na nomenclatura de em municípios mais antigos;

3) na década de 1960, foi comum o surgimento de topônimos formados a partir de hibridismos em que constam um formante português e um outro, de língua européia, normalmente o lexema grego *polis* e o inglês *land*;

Quadro 7: Topônimos da Região Oeste da Bahia: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA					TUPI-NISMOS		HIBRIDISMOS		
	formas simples	sufixação	justaposição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	formas simples	aglutinação	uso-tupis: nome + SP	uso-europeus: justaposição
hagiotopônimos	-	-	4	1	-	9	-	-	-	1
hidrotopônimos	1	-	-	3	2	3	-	3	-	1
antropotopônimos	2	1	2	-	-	-	-	1	1	1
fitotopônimos	-	3	1	-	-	-	1	-	1	1
animotopônimos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
litotopônimos	-	-	-	-	1	-	-	(1) ¹²	-	-
zootopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dimensiotopônimos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
ergotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
sociotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-

4) no plano diacrônico:

a) as mudanças não podem ser padronizadas, visto que ocorreram em épocas muito diversas, mas algumas tendências gerais podem ser observadas;

¹² Na verdade, uma justaposição (Ibipetuba), que aqui incluímos por questão de economia.

b) há o registro de categorias toponímicas não encontradas na atual sincronia;

c) a presença de muitos hagiotopônimos é um indicativo da antigüidade do sentimento de religiosidade entre a população do Oeste baiano;

d) o registro de hidrotopônimos e fitotopônimos mostra o caráter descritivo da antiga toponímia da região, que hoje não é tão presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, José Capistrano de. *Capítulos da história colonial: 1500-1800*. Rio de Janeiro: Briguet, 1969.

ABREU, José Capistrano de. *Os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. Brasília: EdUnB, 1993.

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. 3a. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

AGUILERA, Vanderci de Andrade & BERGANTINI, Vivian. “Nome e lugar: o lugar da mulher na toponímia paranaense”. *Boletim 42: revista da Área de Humanas*. Londrina: EDUEL, jan/jun. 2002.

ALBINO, Lúcia. “O resgate do nacional na denominação dos municípios paranaenses. *Atas do III SELISIGNO*. Londrina: EDUEL, 2002.

ALMEIDA, Ignez Pita de. *Oeste baiano: agenda/livro*. Barreiras: Edição da Autora, 1999.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Animotopônimos e litotopônimos do Paraná*. XXX Encontro do GEL, [s.n.e.].

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Novos topônimos paranaenses*, [s.d.b.].

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *A estrutura dos topônimos paranaenses*. Londrina: Celsul, 2000.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de & ALBINO, Lúcia. “Os rios do Paraná e sua influência na toponímia do Estado”. *XLVIII Seminário do GEL*. Assis: UNESP, 2000.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. “Topônimos paranaenses menos freqüentes”. *V CELSUL*: Curitiba: UFPR, 2002.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia*: um breve histórico. Salvador: SEI. CD-Room, 2003.

BARREIRAS. *Resumo histórico de nossas origens*. Barreiras: Prefeitura Municipal, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética na colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988; texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 17ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). *História geral da civilização brasileira*: a época colonial. (2ª ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, v.1 (389p.). v.2 (518p.).

CALDAS AULETE, J. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa, 1881.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CARDOSO, Armando Levy. *Amerigenismos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras de origem Tupi*. (2ª ed.) São Paulo: Melhoramentos, 1998.

DAUZAT, Albert. *La toponymie française*. Paris: Payot, 1971.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “Atlas toponímico: um estudo de caso”. *Acta Semiótica et Linguística*, v.6. Londrina: SB-PL/Plêiada, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GARCEZ, Aroldo. *A saga da lei: o julgador, o crime, o castigo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

GARVIN, Paul & LASTRA DE SUÁREZ, Yolanda. *Antologia de estudos de etnolingüística y sociolingüística*. México: Universidade Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones Antropológicas, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, 2v.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, vol 20-21.

JACQUES, Paulino. *Curso de direito constitucional*. 10ª ed. ref./at. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. São Paulo: Confluência, [s/d.], 2351 p. (3v).

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957.

MELO, Gladstone Chaves de. “A influência Tupi”. In: Id. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 33-58.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955, 2v.

NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional*. São Paulo: Nacional, 1940.

PAMPLONA, Luiz G. *Barreiras: bê-a, ... da Barra prá cá!*. Barreiras: [s/ ed.], 2002.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Nomes próprios de origem Tupi no Brasil do século XIX*. Salvador: UFBA – Dissertação de Mestrado [digitado], 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 5ª ed. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde. [Edição revista por Frederico Edelweiss], 1957.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. Salvador: EDUFBA/EDUSP, 2003.